



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
IF BAIANO - CAMPUS SENHOR DO BONFIM
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

ELBA VALÉRIA ALEIXO

**O PAPEL DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR:
Assentamento Serra Verde em Senhor do Bonfim-BA**

**SENROR DO BONFIM
2024**

ELBA VALÉRIA ALEIXO

**O PAPEL DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR:
Assentamento Serra Verde em Senhor do Bonfim-BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus Senhor do Bonfim*, para aprovação em defesa perante banca examinadora.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme José Mota Silva

Coorientadora: Profa. Paula Jeane França Aleixo Justino

RESUMO

A pesquisa versa sobre a temática do papel das mulheres na agricultura familiar na comunidade Serra Verde, Senhor do Bonfim- BA, com o objetivo de compreender a importância do papel das mulheres na agricultura familiar do Assentamento. Utilizou-se a metodologia de abordagem qualitativa com ênfase no método da pesquisa de campo e aplicação de questionário para construção dos dados da pesquisa. Assim, este trabalho foi fundamentado a partir das perspectivas teóricas de Gonçalves (2014), Siliprandi (2009), Wanderley (2017), além de decretos e leis que abordam sobre as temáticas pertinentes as mulheres na agricultura familiar. A partir da análise dos resultados e discussões, pode-se inferir que o trabalho resultante da agricultura familiar feito por agricultoras do Assentamento Serra Verde além de garantir alimentos saudáveis para suas famílias também gera receita, contribuindo, dessa forma, para a composição da renda familiar das mesmas.

PALAVRAS-CHAVE: Atividades agrícolas. Produção. Comercialização.

ABSTRACT

The research addresses the theme of the role of women in family farming in the Serra Verde community, Senhor do Bonfim-BA, with the aim of understanding the importance of women's roles in the family farming of the Settlement. A qualitative approach methodology was used, with an emphasis on the field research method and the application of questionnaires to construct the research data. Thus, this work was based on the theoretical perspectives of Gonçalves (2014), Siliprandi (2009), and Wanderley (2017), as well as decrees and laws that address issues pertinent to women in family farming. From the analysis of the results and discussions, it can be inferred that the work resulting from family farming carried out by female farmers in the Serra Verde Settlement, in addition to providing healthy food for their families, also generates income, thereby contributing to their household income.

KEYWORDS: Agricultural activities. Production. Marketing.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR	8
2.2 MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR	10
3 METODOLOGIA.....	12
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	15
4.1 ASSENTAMENTO SERRA VERDE: MOVIMENTOS SOCIAIS FAZENDO HISTÓRIA	15
4.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO ORIUNDOS DO QUESTIONÁRIO APLICADO PARA AS MULHERES AGRICULTORAS DA SERRA VERDE	16
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS	21

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre o tema da agricultura familiar com ênfase no papel da mulher na produção e comercialização dos produtos agrícolas do Assentamento Serra Verde, Senhor do Bonfim-BA. A agricultura familiar é uma forma de produção agrária enraizada na tradição, no trabalho árduo e no vínculo familiar, este modelo, baseado em unidades de produção estruturadas no trabalho da família e tem fundamental importância na agricultura brasileira.

A agricultura familiar é compreendida como uma atividade econômica marcada pelo controle familiar dos meios de produção, esse tipo de produção abraça desde pequenas propriedades até grandes contingentes de pequenos produtores, desempenhando um papel crucial na segurança alimentar e no abastecimento dos mercados locais e regionais.

No entanto, sua trajetória histórica é marcada pela falta de reconhecimento, especialmente no contexto brasileiro, somente a partir dos anos 1990 é que o Estado passou a implementar políticas de apoio e fortalecimento desse setor. A Lei da Agricultura Familiar, promulgada em 2006, delinea os critérios que definem um agricultor familiar e estabelece as bases para o reconhecimento e valorização dessa atividade.

Paralelamente, a presença das mulheres na agricultura familiar surge como um elemento fundamental, embora muitas vezes subestimado e enfrentando desafios históricos e estruturais, as mulheres rurais desempenham papéis em todas as etapas da produção agrícola, desde o plantio até a comercialização dos produtos. No entanto, a desvalorização de seu trabalho persiste, contribuindo para a desigualdade financeira e social.

Vale ressaltar que perceber o cenário da realidade dessas mulheres agricultoras é conhecer a realidade local e assim contribuir com a valorização do trabalho feminino na agricultura familiar pois, A partir do Censo Agropecuário de (2017), o IBGE identificou 947 mil mulheres responsáveis pela gestão de propriedades rurais, de um universo de 5,07 milhões. Sendo que a maioria está na região Nordeste (57%), ou seja, elas desempenham um papel fundamental e um trabalho importantíssimo para a agricultura familiar.

Por tanto, sabendo da participação da mulher na agricultura, o estudo apresenta como problema pesquisa: qual o papel dessas mulheres na produção e comercialização dos produtos resultantes da agricultura familiar? A hipótese básica da pesquisa teve como base que as mulheres do Assentamento Serra Verde, Senhor do Bonfim-BA, contribuem com a plantação, cultivo e comercialização das hortaliças.

Justifica-se a elaboração desse trabalho pela importância de compreender o papel da

mulher na agricultura familiar tendo em vista que as mesmas cada vez mais desenvolvem inúmeras funções na atividade agrícola e não são apenas as principais responsáveis pelas atividades de manutenção do núcleo familiar, mas também desempenham papéis fundamentais no trabalho relacionado a lavouras.

Este estudo é fundamentado na abordagem qualitativa, o método escolhido foi a pesquisa de campo que tem como foco buscar a informação diretamente com a população pesquisada, ou seja, é uma abordagem que envolve a participação ativa dos membros da comunidade no processo de investigação. O grupo social objeto desta pesquisa foram mulheres agricultoras moradoras da comunidade Assentamento Serra Verde, o estudo contou com 12 participantes.

Para tanto o objetivo geral foi compreender importância do papel das mulheres na agricultura familiar na comunidade Assentamento Serra Verde. Tendo como objetivos específicos analisar como as atividades agrícolas beneficiam as mulheres da comunidade na questão socioeconômica; identificar as atividades do processo produtivo que tenha participação das mulheres e descrever como se dá a participação das mulheres no processo de comercialização das hortaliças cultivadas na referida comunidade.

O trabalho acadêmico está estruturado em cinco capítulos: sendo este o primeiro que se trata da introdução, na qual está presente o tema e o problema de pesquisa, objetivos e metodologia.

O segundo capítulo vem trazendo o desenvolvimento da pesquisa versando sobre a agricultura familiar e o papel das mulheres nessas atividades agrícolas. O terceiro capítulo vem trazendo a metodologia caracterizando o local de estudo, bem como descrevendo a metodologia abordada no percurso do estudo

Já no quarto capítulo tem-se os resultados e discursões da pesquisa obtidas através de entrevistas e questionários, fundamentados por autores, documentos legais e leis que versam sobre a temática da agricultura familiar e a importância das mulheres na agricultura. Por fim, no quinto capítulo é composto pelas considerações finais, em que apresentamos as nossas principais conclusões a que chegamos com este estudo.

2 DESENVOLVIMENTO

Paralelamente, a presença das mulheres na agricultura familiar surge como um elemento fundamental, embora muitas vezes subestimado. Enfrentando desafios históricos e estruturais, as mulheres rurais desempenham papéis em todas as etapas da produção agrícola, desde o plantio até a comercialização dos produtos. No entanto, a desvalorização de seu trabalho persiste, contribuindo para a desigualdade financeira e social.

2.1 Agricultura familiar

A agricultura familiar, compreendida como uma forma de produção agrária em menor escala, com alternativas de trabalho mais manuais e artesanais, utilização de mão de obra basicamente familiar ou de grupos de convívio da vizinhança e amigos, tem sido fonte de produção e movimentação de capital social(Gonçalves, 2014).

Pode-se inferir também que agricultura familiar é um conceito utilizado para caracterizar as unidades de produção rural, estruturadas no trabalho familiar, que se identificam pela relação entre terra, trabalho e família. Os (as) agricultores (as) familiares têm como uma das principais características o controle da família sobre os meios de produção. De acordo com Wanderley (1999), a agricultura familiar engloba a produção, a produtividade e venda de mercadorias pelo mesmo ciclo de pessoas de uma família.

Nesse sentido, a agricultura familiar é um modelo de produção, caracterizada pela produção rural, estruturadas no trabalho da família, que se assimilam pela relação entre terra, trabalho e núcleo familiar, características que influencia diretamente na sua forma de agir economicamente e socialmente (Mesquita, 2013).

De acordo com Schneider (2022) a agricultura familiar brasileira é heterogênea, ou seja, é formada por agricultores mais capitalizados até um imenso contingente e de pequenos produtores com rendas agrícolas insuficientes. Uma parcela vive em situação de vulnerabilidade e enfrenta múltiplas carências de ativos produtivos, sendo que o cenário é mais agravante no semiárido do Nordeste. Historicamente, a agricultura familiar foi desprezada no Brasil, embora responsável pela produção e abastecimento dos mercados locais e regionais. O reconhecimento de seu papel para segurança alimentar é recente, a partir de meados dos anos 1990, quando o Estado passou a ter políticas de apoio e fortalecimento do setor.

Em síntese, Wanderley (2017, P. 69) reforça que “a agricultura familiar se tornou a categoria consagrada, capaz de abranger todas estas formas de agricultura, baseadas na associação entre trabalho, família e produção, bem como aquelas fundamentadas nos laços comunitários de natureza étnica”.

A Lei 11.326/06, no seu artigo 3º considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais, utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento, tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo e dirija o estabelecimento ou empreendimento com a família (Brasil, 2006).

Ainda de acordo com o Decreto 9.064/17, que regulamenta a Lei da Agricultura Familiar: o módulo fiscal é definido como sendo a unidade de medida agrária para classificação fundiária do imóvel, expressa em hectares e calculada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O módulo fiscal poderá variar conforme o município.

Desta maneira a agricultura familiar fica entendida como sendo aquela praticada essencialmente por membros da família, ou seja, a mão de obra familiar é superior à do trabalho contratado, praticada em uma determinada área pequena onde o tamanho máximo é determinado por lei, cujo limite difere de região para região do país. De acordo com dados da Embrapa, sobre o tema da agricultura familiar:

No Brasil, uma agricultura familiar ocupa uma extensão de área de 80,9 milhões de hectares, o que representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. O levantamento do Censo Agropecuário de 2017, realizado em mais de 5 milhões de propriedades rurais de todo o Brasil, aponta que 77% dos estabelecimentos agrícolas do País foram classificados como de agricultura familiar. Ainda segundo as estatísticas, uma agricultura familiar emprega mais de 10 milhões de pessoas em setembro de 2017, o que corresponde a 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária sendo responsável pela renda de 40% da população econômica ativa (Embrapa, 2017, p. 01).

Diante do contexto descrito acima a agricultura familiar no Brasil possui um importante papel para a produção de alimentos, fomentação de emprego e ampliação de renda e desta forma é notório o quanto é importante a agricultura familiar, que é um processo de produção agrícola com base na mão de obra familiar, tanto para subsistência quando para a venda da produção excedente e com harmonia de cunho social através das associações, como também visa o cuidado com o meio ambiente.

2.2 Mulher na agricultura familiar

A presença das mulheres na agricultura é significativa em muitas partes do mundo, desempenhando papéis fundamentais em diversas atividades agrícolas. Elas estão envolvidas em todas as etapas da produção agrícola, desde o plantio e a colheita até a comercialização dos produtos, enfrentando desafios buscando promover a igualdade de gênero na agricultura, para tanto se faz necessárias políticas e programas que promovam o acesso das mulheres a recursos, educação e oportunidades de liderança. Os movimentos das mulheres rurais abordam uma série de questões, incluindo o acesso à terra e aos recursos naturais, o acesso a serviços básicos como saúde e educação, a participação política e o reconhecimento do trabalho das mulheres na agricultura(Santos; Betto, 2021).

De acordo com Hereda E Cintrão (2006), na década de 1980 os movimentos das mulheres rurais contribuíram significativamente para a construção de políticas públicas voltadas a redução das desigualdades de gênero na agricultura principalmente no Sul e no nordeste brasileiro. Sampaio (2018) aponta que realidade feminina no campo é marcada por adversidades sociais historicamente estabelecidas, tendo há influência direta de elementos como a não valorização da sua força de trabalho. Ainda de acordo com Siliprandi (2009, p. 127):

As mulheres trabalhadoras rurais têm estado frequentemente presentes nas lutas sociais dos agricultores brasileiros, embora nem sempre sua participação seja reconhecida. Apenas no período mais recente parte dessa história tem sido resgatada. Podemos citar como exemplo o estudo sobre o seu papel nas Ligas Campesinas, importantes organizações de luta pela terra e pelos direitos dos agricultores, surgidas do nordeste brasileiro no final dos anos 1950 (Siliprandi, 2009, p. 127).

Pode-se notar a luta das mulheres por reconhecimento, principalmente na agricultura onde o homem normalmente é visto como o principal membro atuante deste segmento. Mas isso está mudando, pois, como é notório as mulheres, desempenham múltiplas funções e tarefas na organização em diversos setores sejam eles pessoais e ou profissionais, isso significa elas podem e devem participar das atividades de produção da propriedade e ter seu trabalho reconhecido e remunerado.

Siliprandi (2009), ressalta que a organização e participação das mulheres rurais tem aumentado, à medida que passam a ser atuantes nos sindicatos e nos movimentos sociais e também nas associações e grupos de produção, que desenvolveram experiências produtivas voltadas a produtividades das propriedades, como: na agroecologia; para prestação de

assessoria técnica e organizativa; na formação de espaços de comercialização como feiras, cooperativas, associações.

Todas essas ações vêm se somando com os distintos movimentos visando valorizar ao mesmo tempo em que reafirmam para a sociedade a importância das mulheres, trabalhadoras rurais atuantes na agricultura familiar.

Entretanto, Costa et. al. (2014), reforça que é importante lembrar que o trabalho dessas mulheres ainda é desvalorizado, mesmo sendo responsáveis pelo bem-estar da família e pela reprodução social. Apesar da extensa jornada de trabalho, que envolve cuidar da casa e ajudar os cônjuges na lavoura, elas ainda enfrentam pouco ou nenhum reconhecimento financeiro. Isso contribui para o aumento da desigualdade financeira. Nesse mesmo sentido Maronhas et al. (2014), apontam que o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres não ocorre de forma separada existindo uma interconexão entre os trabalhos domésticos, de cuidados e produtivos, que são realizados em espaços e momentos próximos, muitas vezes coincidentes.

Ainda de acordo com Herrera (2016), as mulheres desempenham um papel fundamental como agentes nas estratégias de manutenção e reprodução da agricultura familiar, apesar de enfrentarem desigualdades em relação aos homens. As atividades realizadas pelas agricultoras em seu dia a dia são essenciais para a subsistência biológica e socioeconômica das famílias, contribuindo para o bem-estar, a segurança alimentar e a preservação do meio ambiente.

Considerando a importância da contribuição das mulheres para a reprodução social de suas famílias e para a própria agricultura familiar no Brasil, é crucial compreender detalhadamente as atividades por elas desempenhadas. Isso deve ser feito por meio de uma análise que evidencie seu papel como trabalhadora rural, tanto no aspecto produtivo quanto no não produtivo da agricultura. Esse entendimento permitirá que o trabalho das mulheres rurais seja reconhecido em sua totalidade pela sociedade.

Diante disso, o que apresentamos como resultado dessa pesquisa questões que atravessam o debate sobre a agricultura familiar, e, principalmente, sobre a participação das mulheres no setor, como isso Os resultados deste estudo demonstram a importância do papel da mulher no contexto social e econômico, destacando sua participação ativa na produção e comercialização de hortaliças na agricultura familiar do Assentamento Serra Verde.

3 METODOLOGIA

O Assentamento Serra Verde está localizado no Município de Senhor do Bonfim, pertencente ao Território de Identidade do Piemonte Norte do Itapicuru, localizado ao norte do estado da Bahia, Projeto de Assentamento (PA): Serra Verde código da PA BA0583000, código do IBGE 2930105, com capacidade para 18 famílias tendo como data de criação: 14/02/2007 e sua área total: 600.34 hectares, conforme dados do INCRA (2017).

O acesso ao assentamento pode ser feito por duas estradas: a primeira por uma estrada municipal que dá acesso direto da cidade através da Rua Campo Formoso, no Bairro Alto da Maravilha e a segunda é através da BA 131, logo na saída do bairro Bonfim III, sentido a cidade de Antônio Gonçalves-BA.

Dentro do assentamento Serra Verde é possível encontrar áreas de reserva legal, que são protegidas pelos moradores locais, também no assentamento encontram-se dois cursos d'água principais que alimentam uma barragem da Suíssa, que são o Riacho do Gruna, Rio Alambique e o Riacho do Mocó. Quanto a vegetação trata-se uma área de transição da caatinga e é conhecida pelos moradores da região como área de grota, veja na imagem 01 a seguir:

Figura 01: Imagem do Assentamento Serra Verde



Fonte: autora (2024)

A presente pesquisa feita nesse artigo foi de caráter qualitativo e teve como propósito compreender importância do papel das mulheres na agricultura familiar, desenvolvida no Assentamento Serra Verde, que tem seu histórico de surgimento datado em 2005 localizado no município de Senhor do Bonfim, no centro norte da Bahia, a 5 km de distância da sede de

Senhor do Bonfim. O local possui um perímetro de 649 hectares de terra e conta com 18 famílias.

A pesquisa qualitativa é “um campo interdisciplinar que preconiza uma abordagem multimetodológica, uma perspectiva naturalista e uma compreensão interpretativa da natureza humana” (Anadón, 2005, p. 11).

O levantamento de dados se desenhou a partir da pesquisa de campo, a fim apresentar experiências baseadas em métodos que buscam aproximar o pesquisador à comunidade, levando potencialidades e valorizando conhecimentos, sabes locais e culturais. Segundo (Gonsalves, 2001, p.67), “a pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto”. Desta forma, o pesquisador precisa deslocar-se até o espaço onde o fenômeno ocorreu ou ocorre e coletar um conjunto de informações relevantes para sua pesquisa.

A pesquisa teve a contribuição de 12 mulheres do Assentamento Serra Verde, que responderam a um questionário. Como critério de escolha utilizado das assentadas foi dada ênfase para as assentadas que produziam e comercializavam hortaliças no regime da agricultura familiar. A pesquisa respeitou os valores éticos, aplicando para cada entrevistada o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Vale ressaltar que a opção feita pelo questionário como fonte para obter dados se deu porque por levar em conta que se trata de um instrumento de coleta de dados eficiente. O questionário contém dois momentos sendo o primeiro para identificar o perfil das entrevistadas e o segundo para abordar questões acerca das mulheres do Assentamento Serra Verde e sua participação na agricultura familiar, visando alcançar os objetivos da pesquisa.

O desenvolvimento da pesquisa se dividiu em quatro momentos distintos, sendo o primeiro a pesquisa bibliográfica para melhor embasar e nortear o levantamento de dados, foram utilizados textos, artigos, dissertações e livros com foco na agricultura familiar com ênfase no papel da mulher no cenário agrícola, tendo como lócus de pesquisa o Assentamento Serra Verde, foram utilizadas obras de Costa et al (2014), Gonçalves (2014), Sampaio (2018, Wanderley (2017). Além de análise documental, informações do Serviço Territorial de Apoio à Agricultura familiar- SEAF da cidade de Senhor do Bonfim-BA e da Associação dos Assentados e Assentadas do Projeto de Assentamento Serra Verde.

No segundo momento participei da reunião da associação e apresentei meu projeto para o presidente da mesma e para os presentes, incluindo boa partes das mulheres que participaram da pesquisa, bem como pude conhecer o espaço da comunidade e associação.

No terceiro momento: apresentação do TCLE, aplicação do questionário organizado em um roteiro contendo 10 questões semiabertas, da mesma forma que fiz uma entrevista com seu Jorge que é morador e presidente da associação, para compreender a dinâmica do assentamento bem como saber do processo da territorialização local.

No quarto momento: foram feitas análises dos resultados dos questionários sistematizado a apresentação das mesmas através de gráficos, para um estudo crítico dos resultados e discussões realizadas através uma verificação interpretativa dos dados coletados e discussões dos resultados, tendo como produto um artigo acadêmico para estudos futuros na área da temática pesquisada;

Está previsto ainda um momento posterior a conclusão do trabalho onde será feito um retorno da pesquisa proposta para a comunidade pesquisada, no formato de roda de conversa para a escuta das participantes do estudo sobre aspectos relevantes do trabalho acadêmico realizado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Assentamento Serra Verde: movimentos sociais fazendo história

O Assentamento Serra Verde, localizado na cidade de senhor do Bonfim-BA, com Coordenadas Geográficas: 40° 13' 00" W e 10° 27' 47" S, tem seu histórico de surgimento datado em 2005, o local possui um perímetro de 649 hectares, e contou com apoio da Comissão Pastoral da Terra-CPT de Senhor do Bonfim, para manter firme o movimento dos assentados que procurou assentar famílias dos bairros Bonfim III e Olaria, porém teve pessoas que só ficaram assentados uma noite, outras pouco menos de quinze dias. Diante da situação o Movimento de Trabalhadores Rurais Assentados e Acampados da Bahia (CETA), que resguardava outras famílias do movimento, acampadas na região de Senhor do Bonfim, trouxe mais 30 famílias que deram força ao movimento para o acampamento da Suíssa, famílias estas oriundas dos municípios de Filadélfia e Itiúba.

Ainda de acordo com informações cedidas por meio de entrevista realizada com seu Jorge da Silva, nos primeiros anos após processo de apropriação de terras, com o apoio da CPT de Senhor do Bonfim, Sindicato da cidade de Itiúba-BA, e lideranças da luta pela reforma agrária, as famílias conseguiram melhorar as moradias, recuperaram os reservatórios de armazenamento de água para consumo. Corroborando com o processo de posse definitiva das famílias foi concluído em março de 2007. Ainda conforme o relato de seu Jorge da Silva, a luta coletiva é que traz a força para os processos da luta de classe:

Se quiser participar da luta pela terra tem que ter critérios, esqueça os critérios do seu patrão, você tem que se integrar ao grupo e desse dia em diante você vai fazer coisas propostas pelo grupo e não por um patrão (Entrevista realizada com seu Jorge da Silva, no dia 30 de janeiro de 2024, no Assentamento Serra Verde, Senhor do Bonfim – BA).

Ainda conforme Seu Jorge da Silva, o movimento dos assentados procura preservar o meio ambiente cuidado dos recursos naturais, tirando o sustento da natureza de forma sustentável. Desta forma, os assentamentos podem incentivar a prática da agricultura familiar, ajudando a fortalecer a economia local, a segurança alimentar e a reduzir a pobreza rural, de forma coletiva buscam promover práticas agrícolas e ambientais sustentáveis, que garantam a conservação dos recursos naturais e a viabilidade econômica das comunidades.

4.2 Resultados e discussão oriundos do questionário aplicado para as mulheres agricultoras da Serra Verde

Para essa pesquisa foram aplicados questionários com 12 mulheres com idades a partir de 18 anos, sendo que duas das entrevistadas tinham mais de 60 anos. Cada entrevistada foi selecionada tendo como base o envolvimento das mesmas na produção e comercialização da agricultura familiar local.

Em relação as informações socioeconômicas das entrevistadas, temos os resultados encontrados quanto à idade, onde entre 18 até 30 e 31 a 43, as duas faixas etárias formam a maioria das entrevistadas, 33% de cada. Outras 2 entrevistadas têm entre 44 até 60 anos, ou seja, 17% e com o mesmo percentual de 17% com mais de 60 anos. Pode se observar que parte das entrevistadas estão aposentadas ou na idade base para a aposentadoria que um benefício devido aos trabalhadores rurais que comprovem o mínimo de 180 meses trabalhados na atividade rural, além da idade mínima de 55 anos, se mulher INSS (2024). Para Pinto, Pontes e Silva (2013), essas mulheres são as principais responsáveis pela organização doméstica, além de desempenharem atividades remuneradas, o que as torna as principais provedoras financeiras do lar.

Os assentados promovem a agricultura familiar e a economia solidária através do cultivo coletivo e individual de frutas e hortaliças, da adoção de práticas agroecológicas e da criação de animais, de acordo com dados levantados nessa pesquisa junto ao questionário aplicados o tipo de atividade agrícola mais desempenhados pelas mulheres do Assentamento Serra Verde é o cultivo de hortaliças. Veja na figura abaixo:

Figura 02: hortaliças cultivadas pelas mulheres do Assentamento Serra Verde



Fonte: autora (2024)

Ainda de acordo com Rodrigues et al (2021) A diversificação da produção ajuda a garantir a renda e a subsistência dos pequenos produtores e as mulheres, podendo contribuir, portanto, na promoção de maior desenvolvimento para as famílias rurais.

Reafirmando a importância da mulher na agricultura familiar a ONU (2015), na agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável tem como uma das suas metas, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, especificamente das mulheres, agricultores familiares, tal iniciativa surge como um meio de combater a fome e a pobreza no planeta.

Dando continuidade à análise, das respostas obtidas com a aplicação do questionário, quando as mulheres agricultoras foram indagadas sobre qual a destinação da produção agrícola de sua propriedade obtivemos como resposta “para consumo e comercialização” de 11 das 12 entrevistadas, sendo assim, apenas uma das entrevistadas apontou que a produção era só para consumo da família. Para aprofundar ainda mais os dados pesquisa, foi perguntado para as participantes da pesquisa se a produção agrícola lhe trazia um retorno financeiro e se essa renda contribuía para a renda familiar. Das 12 mulheres envolvidas na pesquisa, 11 afirmaram que tem uma renda advinda da agricultura familiar e que esse dinheiro contribui para composição financeira da renda familiar da residência das mesmas.

Desta forma, vale ressaltar que produção de hortaliças requer uma série de decisões estratégicas relacionadas à seleção das culturas, preparo do solo, manejo integrado contra pragas e doenças, irrigação, colheita e pós-colheita. Além do que, a comercialização das hortaliças envolve questões como precificação, acesso a mercados, negociação logística e distribuição da mercadoria. Conforme Chiavenato (2003) a gestão envolve o planejamento, organização, direção e controle das atividades de uma organização, independentemente de sua natureza lucrativa ou não.

Para as famílias envolvidas na agricultura familiar, a gestão eficaz é crucial, uma vez que trabalham com recursos limitados e necessitam maximizar suas operações, para além disso, tem de haver de forma efetiva uma redução de lacunas de gênero na agricultura familiar na busca por uma abordagem integrada dos sistemas produtivos e uma vasta compreensão sobre a inserção da mulher na agricultura a partir de dados que possam expressar as realidades locais e regionais.

Outro aspecto importante da pesquisa foi saber se essas mulheres agricultoras participavam de alguma associação, cooperativa ou sindicato, as respostas se deram da seguinte maneira: 10 das entrevistadas participam da associação que defende os interesses sociais do Assentamento Serra Verde, sendo que 4 delas também participam do sindicato e da

associação ao mesmo tempo e 2 das entrevistadas participam do sindicato e a opção cooperativa não foi citada por nenhuma das entrevistadas.

É fundamental entender a diferença entre associação, cooperativa e sindicato para adequar-se ao modelo desejado. Em resumo, enquanto associações são formadas para alcançar objetivos comuns não econômicos, cooperativas são empresas de propriedade coletiva e operadas de forma democrática para atender às necessidades econômicas dos membros, e sindicatos são organizações que defendem os interesses trabalhistas dos seus membros (Brasil Lei 5.764 de 1971; Brasil Lei 11.648 de 2008; Código Civil, 2002). Ainda conforme Fagotti (2017, p.34) “em linhas gerais, as associações surgem como um meio facilitador para obtenção de créditos agrícolas, canais de comercialização e de organização das demandas diante das instâncias governamentais”.

Com a análise do questionário também foi constatado que das 12 agricultoras que participaram da pesquisa, somente 2 apontaram receber alguns tipos de financiamento ou crédito fornecido pelo governo, é importante destacar que o fortalecimento da agricultura familiar e sua integração nos mercados têm forte relação com efetivação de políticas públicas inclusivas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que incentivam a produção e a comercialização e valorizaram a agricultura familiar.

De acordo com as entrevistadas a comercialização das hortaliças cultivadas no Assentamento Serra Verde, é feita nos dias de quinta-feira na Praça Dr. Antônio Gonçalves, sexta e sábado na feira livre, ambas localizada em Senhor do Bonfim, Bahia. Ainda de acordo com as mesmas, as atividades agrícolas demandam em média 4 horas diárias de trabalho.

Figura 03: local de comercialização das hortaliças cultivadas no Assentamento Serra Verde



Fonte: autora (2024)

Nessa perspectiva mulheres agricultoras do Assentamento Serra Verde desempenham um papel significativo proporcionando oportunidades sócias e econômicas, fortalecendo a participação das mulheres na tomada de decisões e buscando a igualdade e criando oportunidades de emprego e assim gerando complementar, afirmando sua independência financeira através agricultura familiar por meio do cultivo e comercialização das hortaliças cultivadas na referida comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados dessa pesquisa comprovam a importância do papel da mulher no âmbito social e econômica do ponto de vista da sua participação ativa na produção e comercialização de hortaliças na agricultura familiar no Assentamento Serra Verde, localizado na cidade de Senhor do Bonfim-BA, apontando que esse segmento produz alimento para a mesa da maioria dos brasileiros, gerando emprego, renda e segurança alimentar.

O perfil das agricultoras, em sua maioria, compreende mulheres na faixa etária de 18 a 43 anos, sua mão de obra está alocada, principalmente, em atividades produtivas que compreendem a plantação para consumo e comercialização de hortaliças, sendo que o trabalho resultante da agricultura familiar feito por essas agricultoras além de garantir alimentos saudáveis para suas famílias também deriva uma receita contribuindo para a composição da renda familiar das mesmas.

Assim, analisando o que foi apresentado e estudado no decorrer desta pesquisa, conclui-se, de acordo com os relatos das entrevistas e questionários aplicados obtidos em reuniões com seu Jorge e as mulheres agricultoras do Assentamento Serra, que os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois, através deste estudo foi possível identificar como as atividades agrícolas beneficiam as mulheres da comunidade na questão socioeconômica, mostrando que essas mulheres participam de todos os processos que vão desde cultivo até a comercialização das hortaliças cultivadas na referida comunidade.

Com isso, fortalecendo a participação das mulheres na tomada de decisões e criando oportunidades de emprego gerando renda para mulheres e sua familiares, refletindo ganhos econômicos e social para o Assentamento.

Porém, a pesquisa também apontou que se faz necessário que as mesmas tenham acesso

a programas financiamento ou crédito fornecido pelo governo para promover o desenvolvimento sustentável local em consonância com a convivência com o semiárido, levando em consideração seus processos de estruturação produtiva, social e ambiental.

Essa pesquisa foi de extrema relevância, visto que veio a contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional, pois ajudou a aperfeiçoar minhas habilidades de pesquisa, análise crítica e redação, dando abrangência aos meus conhecimentos e promovendo ideias para novas pesquisas. Além da satisfação de estar pesquisando sobre tema de grande importância no cenário atual que a participação da mulher na agricultura familiar, trazendo como lócus de pesquisa o Assentamento Serra Verde, pois, os assentamentos desempenham um papel crucial em várias áreas, desde a produção de alimentos, cuidados com o meio ambiente até a formação de identidades culturais e políticas.

Espera-se por fim, que essa pesquisa contribua de forma significativa para outras pesquisas futuras servindo como base de referencial teórico para futuros trabalhos acadêmicos seja se tratando de temas como agricultura familiar, mulher na agricultura ou sobre Assentamentos.

REFERÊNCIAS

- ANADÓN, M. **A pesquisa dita “qualitativa”:** sua cultura e seus questionamentos. UNEB/UQAC, 2005. ANDRADE, R. M. B. L. A de. **Produção de Textos Escritos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: a ação docente no Brasil e em Portugal.** 2015. 338p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015
- BRANDÃO, C. R., & BORGES, M. C. (2007, jan./dez.). A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, 6(1), 51-62. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988/10662>. Acesso em: 04 mar. 2024.
- BRASIL, Decreto 9064/17 | Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. **Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar.** Disponível: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/464836151/decreto-9064-17>. Acesso em novembro de 2021.
- BRASIL, IBGE. **censo agro 2017.** Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em: novembro de 2021.
- BRASIL, Lei N° 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-normaactualizada-pl.pdf>. Acesso em: janeiro de 2022.
- BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm. Acesso em 24 mar. 2024.
- BRASIL. **Lei 11.648, de 41 de março de 2008.** Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm. Acesso em 24 mar. 2024.
- BRASIL. Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 24 mar. 2024.
- CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações.** 7. ed. rev. e atual. 6ª reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- COSTA, M. G. S. G., DIMENSTEIN, M. D. B., LEITE, J. F. (2014). Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. **Estud. psicol.** (Natal), 19 (2), 145-154. doi: 10.1590/S1413-294X2014000200007.
- EMBRAPA. **Tema agricultura familiar.** Disponível: <https://www.embrapa.br/en/tema->

agricultura-familiar/sobre-o-tema. Acesso em janeiro de 2022.

FAGOTTI, L. N. O "fazer-se" associativo: associativismo e agricultura familiar no interior paulista. UNESP (2017). Disponível em:
file:///C:/Users/danya/Downloads/Licia_Nara_Fagotti_ME.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.

GONÇALVES, M. M. D. C. F. **Estudo de casos de agroindústria da agricultura familiar em Pernambuco** (2014). Dissertação de mestrado. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Disponível:
<http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede/bitstream/tede2/4609/2/Micheline%20Maria%20da%20Conceicao%20Franca%20Goncalves.pdf>. Acesso em: agosto de 2023.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP> Alinea, 2001.

HEREDA, B. M. A. de; CINTRÃO, R. P. **Gênero e acesso a políticas no meio rural brasileiro**. Revista Nera, Presidente Prudente, n. 9, p. 1-28, jan/jun. 2006. Disponível em:
<file:///C:/Users/Delcinho/Desktop/1443-4191-1-PB.PDF>. Acesso em: janeiro de 2022.

HERRERA, K. M. **Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care**. Política & Sociedade, v. 15, p. 208-233, 2017. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/ce8c/b6be31ef2bbc3eaa71433aa0af060e8cd9c1.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2024.

INCRA- Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: Acesso em: 05 mar. 2024.

INSS- Instituto Nacional do Seguro Social. **Aposentadoria por idade no trabalho rural**. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/direitos-e-deveres/aposentadoria/aposentadoria-por-idade-do-trabalhador-rural>. Acesso em: 05 mar. 2024.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARONHAS.M; SCHOTTZ.; CARDOSO, E. **Agroecologia, trabalho de mulheres: Um olhar a partir da Economia Feminista**. 18º REDOR, p. 3751-3762, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/123456789/4061/1/agroecologia-trabalho-mulheres.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2024.

MESQUITA, L. A. P. **O papel das mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia**, Campo Alegre de Goiás. Dissertação (Mestrado em geografia) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS-ONU. Transformando Nossa Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em:
<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 23 de mar de 2024.

PINTO, N. M. A.; PONTES, F. A. R.; SILVA, S. S. C. A rede de apoio social e o papel da mulher na geração de ocupação e renda no meio rural. *Temas em Psicologia*, v. 21, nº 2, p. 297-315. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20232026/2023/mpv/mpv1164.htm. Acesso em: 03 de mar de 2024.

SAMPAIO, P. H. F. D. **Mulheres Rurais no estado da Bahia: O papel socioeconômico da agricultura familiar no enfrentamento das desigualdades de gênero.** Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28222/1/TCC%20PEDRO%20SAMPAIO%20FINAL%20CORRIGIDA%20\(1\)19.12.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28222/1/TCC%20PEDRO%20SAMPAIO%20FINAL%20CORRIGIDA%20(1)19.12.pdf). Acesso em agosto de 2023.

SANTOS, I. A. F. BETTO, J. **Movimentos Sociais Rurais e Feminismos: percursos e diálogos na construção do feminismo camponês e popular.** Caderno CRH, Salvador, volume. 34, p. 1-18. 2021. Disponível em: file:///C:/Users/danya/Downloads/MOVIMENTOS_SOCIAIS_RURAIS_E_FEMINISMOS_percursos_e.pdf. Acesso em: julho de 2024.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar emprega mais de 10 milhões de pessoas no Brasil.** FETRAECE, Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Cerará. Disponível em: Artigo: Agricultura familiar emprega mais de 10 milhões de pessoas no Brasil | Fetraece. Acesso em: janeiro de 2022.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar.** 2009. 291f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009. Disponível: http://www.transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/TESE_DOUTORADO_SILIPRANDI-Mulheres-e-Agroecologia-a-con. Acesso em: janeiro de 2022.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil: Seu Lugar na Sociedade e suas Dimensões Atuais.** In: DELGADO Guilherme Costa. BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. (ORGs). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

WANDERLEY, M de N. B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 2 a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.